

AVALIAÇÃO EXTERNA – IGEC

Contraditório ao projeto de relatório de avaliação externa do
Agrupamento de Escolas de Odemira

No âmbito da avaliação externa das escolas 2016/2017 e com base no projeto de relatório elaborado pela equipa inspetiva, na sequência da visita efetuada entre 22 e 25 de novembro de 2017 ao Agrupamento de Escolas de Odemira, vem o mesmo fazer uso do direito de contraditório. Para o efeito, importa, antes de mais, começar por explicitar que o projeto de relatório de avaliação externa em questão foi analisado em Conselho Pedagógico e pelos Departamentos Curriculares, tendo sido recolhidos, deste modo, um conjunto vasto de pareceres que sustentam este contraditório.

Os docentes não se reveem em várias das considerações que foram tecidas pela Equipa que procedeu à Avaliação Externa o que, por si só, põe em causa o próprio modelo de avaliação, baseado nos documentos de apresentação elaborados pela Direção, pela própria apresentação do Diretor, pelos resultados académicos dos alunos, inquéritos e pela audição a diferentes atores, em painéis constituídos para o efeito, sem esquecer todos os outros, como sejam o regulamento interno, o esboço do projeto educativo (em construção), o projeto curricular do Agrupamento, os planos de turma, os planos estratégicos do diretor, o plano de promoção das aprendizagens e de sucesso educativo, etc. Considera-se, em termos gerais, que foram valorizados aspetos negativos manifestados por opiniões discordantes em relação à maioria, não foram tidas em devida consideração muitas das boas práticas e procedimentos existentes e que um aspeto "menos favorável" de um ciclo de ensino foi generalizado a todo o Agrupamento. Contudo, como é natural, há concordância em muitas outras apreciações formuladas. O Agrupamento sabe identificar e reconhecer os seus pontos fortes e fracos. Seria grave se assim não acontecesse.

Passemos, então, aos factos. O Agrupamento de Escolas de Odemira nasceu em 2013, tendo sido dirigido, de maio desse ano até agosto de 2015, por uma Comissão Administrativa Provisória. Esse período, como foi assinalado em todos os painéis, foi de total desorientação. Não há, no projeto de relatório, uma única referência a esse vazio de liderança e de anarquia, ou seja, à CAP. O passado é passado e o Agrupamento existe, logo tem de ser avaliado e é avaliado com o que é observado em determinado momento. No entanto, essa omissão é grave, tendo em conta as repercussões presentes desse período e dessa gestão. A avaliação, devidamente contextualizada, torna-se mais coerente, faz mais sentido e permite utilizar uma comunicação mais empática e mobilizadora. E isso não foi feito. Ter em atenção todo esse período faria entender que o Agrupamento começou a ser construído apenas no ano escolar transato. Até 2015-2016 existiram dois conselhos pedagógicos! Apesar de haver sentido de pertença ao Agrupamento, dado que é uma realidade incontornável, o que ainda não há são verdadeiras práticas de articulação, nem poderia haver. O regulamento interno, contemplando departamentos separados de 2º e 3º ciclos, por um lado, e de ensino secundário, pelo outro, apontado como exemplo dessa falta de sentido de pertença, aparece tratado como se fosse resultado da vontade dos docentes. Nada de mais errado. O regulamento existente só faz sentido se se tiver em consideração a sua contextualização. Foi criação de um conselho geral transitório que, mercê de vicissitudes várias, não foi discutido pelos docentes, pais, alunos, pessoal não docente. Foi o possível,

em determinado momento, e nada mais. Os docentes reconheceram sempre, contrariamente à ideia expressa no projeto de relatório, a necessidade de se unirem departamentos, o que acontecerá no próximo ano. Tirando partido de todas as experiências, o presente regimento permite, ainda assim, pela coexistência de docentes de todos os níveis de ensino no atual pedagógico único, um conhecimento que se revelará profícuo no futuro, permitindo que o coordenador de determinado ciclo de ensino que vier a ser eleito, tenha melhor conhecimento dos outros níveis de ensino, estando melhor preparado para o exercício das suas funções. Só pelos exemplos referidos, fica esclarecido por que razão o relatório final não deverá omitir referência(s) à CAP. Muitos outros poderiam ser dados, mas isso poderia ser mal-entendido ou interpretado, o que não queremos, de todo. Pretendemos apenas mostrar que, sem se ter em consideração esse período e essa gestão, as afirmações chocam quem não tem culpa, quem nada mais poderia fazer, quem fez tudo o que lhe competia.

RESULTADOS

Resultados académicos

Relativamente à educação pré-escolar, no que diz respeito à avaliação do ensino e das aprendizagens, há a salientar que as educadoras realizam as observações quando a criança está em ação e em interação, fazem a recolha da informação, registando as necessidades, potencialidades e progressos da criança, de forma a ajustar a estratégia, adequar a resposta e a intencionalidade educativa, ajudando, assim, a criança a desenvolver-se e a progredir. Todo este procedimento decorre de forma contínua.

Não estamos de acordo com a afirmação "(...) a dificuldade na identificação dos fatores determinantes do sucesso e do insucesso, intrínsecos ao processo de ensino e de aprendizagem pode condicionar a conceção de medidas destinadas a melhorar". Não há dificuldade na identificação dos fatores do sucesso e do insucesso, podendo ser facilmente elencado um vasto conjunto de fatores explicativos dos mesmos, de maior ou menor importância, mas todos significativos em função do que se pretende. Esse trabalho é, em particular, feito por cada docente e pelos docentes reunidos em conselho de turma, onde faz mais sentido que sejam apresentados e discutidos. Aliás, poderia ser apresentado como ponto forte a atenção que é dada às aprendizagens, assunto que é tema central em todas as estruturas e órgãos. No ano transato, o Agrupamento aderiu às provas de aferição para os 2º, 5º e 8º anos, o que permitiu, em relação a esses anos de escolaridade, um conhecimento ainda mais profundo nessa matéria, uma vez que os relatórios finais identificam também as aprendizagens consumadas e não consumadas, os problemas apresentados por cada grupo turma e cada aluno.

Resultados sociais

O Agrupamento não acompanha formalmente o seguimento dos percursos dos alunos no ensino superior. Todavia, não vemos refletida essa orientação na generalidade dos relatórios dos agrupamentos/escolas avaliadas. Aliás, tratando-se de um Agrupamento de reduzidas dimensões e havendo uma identificação dos alunos com os seus professores e funcionários, sabemos do sucesso dos nossos alunos no ensino superior e passamos essa informação porque se criaram laços fortes. É referido no relatório de apresentação do Agrupamento o sucesso dos nossos alunos, não apenas pelos seus resultados académicos, mas também pelo desempenho ativo nas instituições que frequentam ou fora delas, mostrando que trabalhamos de modo a fazer cumprir os princípios fundamentais que presidem ao sistema educativo português. Esta informação poderia ter sido corroborada por qualquer dos docentes do ensino secundário, no âmbito dos respetivos painéis.

Reconhecimento da comunidade

Saudamos o reconhecimento dos nossos avaliadores quotidianos e próximos. Um contexto favorável faz com que os pais estejam particularmente atentos aos percursos dos seus filhos. Os pais e encarregados de educação são particularmente ativos quando há problemas. No Agrupamento são sempre escutados e felicitados pela sua colaboração.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

Este é um domínio sensível para as escolas, naturalmente. Os docentes das escolas do Agrupamento não se reconhecem em muitas das considerações nele contempladas. É difícil, desde logo, entender a avaliação de BOM nos resultados e de SUFICIENTE na prestação de serviço. Sem bom serviço educativo não pode haver bons resultados. No perfil do aluno, à saída do ensino secundário, em fase de discussão, é claramente feita esta afirmação. No entanto, no Agrupamento de Escolas de Odemira, segundo o relatório, assim não acontece. Os bons resultados dos alunos são fruto de uma suficiente prestação de serviço, classificação qualitativa que parece equivaler a um insuficiente, dada a importância dos resultados dos alunos na avaliação final das escolas. Encontramos escolas com “suficiente” nos resultados e “bom” na prestação de serviço educativo, o que nos parece normal, sabendo que o sucesso não depende apenas do bom trabalho dos docentes, atendendo também aos contextos. No entanto, no Agrupamento, mesmo que os resultados venham a cair, dado haver sinais nesse sentido, como (bem) aparece registado no relatório, o trabalho dos docentes continuará de muito bom nível, nas várias variáveis que possamos considerar. No período em avaliação, nos anos difíceis a que nos referimos anteriormente, os docentes mantiveram a sua postura profissional e nunca descuraram o seu trabalho com os alunos, sendo eles que os prepararam de modo a que obtivessem bons resultados, em termos gerais.

Planeamento e Articulação

O projeto curricular não foi sequer discutido, enquanto documento. Foi o primeiro que o Agrupamento teve e resultou da necessidade de organização interna. O diretor, em agosto de 2015, quando tomou posse e teve de distribuir o serviço letivo para os 2º e 3º ciclos, não encontrou qualquer documento com a distribuição das cargas horárias por disciplina que, como se sabe, diferem entre escolas, de acordo com as opções tomadas por cada uma, no cumprimento dos normativos legais. Começou a nascer, nesse momento, o projeto curricular. O documento foi sendo completado com o registo de práticas enraizadas em termos de matéria curricular e com as orientações que emanaram do conselho pedagógico, após discutidas e aprovadas, inclusive pelo conselho geral, como os critérios de elaboração de turmas e horários. Foi, desta forma, um documento construído a partir de vários contributos, após análise e discussão, em sedes próprias. Foi enviado para os coordenadores de departamento para efeitos de divulgação e de completamento. Estará em permanente construção, sendo enriquecido com as decisões que vierem a ser tomadas relativamente ao plano de melhoria, como a articulação vertical, reconhecendo-se que pode ser melhorada a sequencialidade das aprendizagens das crianças e dos alunos.

Assim, não se pode afirmar que «(...) não foram superados os pontos fracos referidos nas avaliações externas anteriores “Inexistência de um projeto Curricular de Escola (...)”». Foi superado este ponto fraco. Apesar de se poder continuar a dizer que o projeto curricular mostra as fragilidades existentes em termos de articulação, será mais correto assinalar-se que apenas em parte não foram superados os pontos fracos registados no relatório.

Estamos de acordo com parte da afirmação “(...) não tendo sido ainda desenvolvidos, com os estabelecimentos de ensino de origem [dos alunos de outros agrupamentos que

ingressam no ensino secundário] mecanismos destinados a conhecer os respetivos percursos escolares, no sentido de os apoiar tanto na melhoria das aprendizagens, como nas escolhas formativas, determinantes no sucesso escolar.” Na verdade, não há esse trabalho de articulação com as quatro escolas do concelho de Odemira que colocam alunos na Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, a escola sede do Agrupamento. Porém, esse trabalho constitui prática corrente no nosso sistema de ensino? Essa observação é registada em relatórios de avaliação externa das escolas alvo de atividade inspetiva no âmbito da avaliação externa? Podemos até avançar que a atual direção tem discutido o assunto com os seus pares, no sentido de modificar a situação. Chegam-nos matriculas de alunos com deficiências profundas, sem que isso venha devidamente assinalado, levantando-nos problemas graves. Estes aspetos deveriam figurar como ponto fraco do Agrupamento? Os esforços encetados parecem de nada valer, a não ser para mais um campo penalizador, quando a resolução do assunto não depende do Agrupamento. Contudo, o Agrupamento colabora nas escolhas formativas dos alunos de outras escolas/agrupamentos, promovendo sessões informativas na escola sede e deslocando os seus docentes às escolas de origem dos seus potenciais futuros alunos, devendo ser corrigida a consideração formulada sobre o assunto.

A planificação da atividade letiva e respetiva reformulação é competência dos grupos disciplinares, com a supervisão dos coordenadores de departamento. Há, por parte do conselho pedagógico, diretivas nesse sentido, mesmo quanto às metodologias e estratégias de aprendizagem/ensino, não esquecendo os resultados da aferição e da avaliação interna, adequando os processos às características dos alunos, insistindo-se no tratamento de conteúdos não consolidados em anos anteriores, tendo em atenção a sequencialidade das aprendizagens. A partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes e a eficácia das metodologias utilizadas é divulgada entre os docentes, muitas vezes em contactos informais, é certo, dado as escolas do Agrupamento o permitirem, devido ao reduzido número de docentes em cada uma delas. Os docentes divulgam entre os seus pares materiais e recursos ou metodologias que resultaram, de modo a poderem ser replicadas noutras turmas. Os contactos informais são importantes. Todos nos queixamos, é um facto, que não há tempo para refletirmos em conjunto.

Práticas de Ensino

Os planos de grupo e turma deverão ser objeto de maior atenção. Porém, nos conselhos de turma, como se pode observar pelas atas produzidas, são definidas “estratégias intencionalmente implementadas para atender às características das crianças e dos alunos (...)”. Se a aprendizagem cooperativa é prática em muitas áreas disciplinares, a diferenciação pedagógica está longe de o ser. Não é um trabalho fácil, como se sabe, e transversal a todas as escolas do país. Não é por acaso que todas as escolas do centro de formação a que pertence o Agrupamento solicitaram ações nesta área.

As respostas dadas aos alunos com necessidades educativas especiais melhoraram no Agrupamento. As ações de sensibilização não são insuficientes, contrariamente ao que é referido no relatório. No ano transato houve três ações de sensibilização e uma no ano em curso, estando previstas mais duas, todas contando com a presença das docentes de Educação Especial e de outros que lidam com as problemáticas em questão. As mesmas docentes e a direção visitaram duas escolas de Lisboa, uma privada e outra pública, consideradas “modelo” na questão da inclusão, para receberem os exemplos das suas boas práticas. Contudo, como em qualquer área, há sempre muito trabalho a realizar. A inclusão não é uma prática nas escolas portuguesas e não falamos apenas dos alunos com necessidades educativas especiais. É de salientar, ainda, os poucos recursos humanos existentes para a educação especial, sobretudo porque temos alunos para acompanhar em todas as escolas do Agrupamento. Na fase em que foi realizada a

atividade inspetiva, não era possível custear deslocamentos dos docentes de Educação Especial às escolas, situação já corrigida porque estamos em novo ano económico, daí ter havido menor acompanhamento, apesar de todos esses alunos se deslocarem três tardes por semana à unidade de multideficiência. Os constrangimentos também não são nunca tidos em consideração. A direção faz apelos constantes para que os serviços centrais e as estruturas intermédias do Ministério da Educação nos dotem de mais recursos de modo a podermos alcançar os nossos objetivos. De salientar que a Educação Especial trabalha em articulação com Equipa Local de Intervenção Precoce de Odemira, acautelando os interesses da criança, através, por exemplo, da participação na elaboração dos planos educativos individuais.

Se há um aspeto em que todos os docentes estão de acordo é na necessidade de reduzir as atividades oferecidas aos alunos. O Agrupamento mostra grande dinamismo e oferece um leque vastíssimo de atividades aos seus alunos, procurando combater a reduzida oferta cultural do meio, cimentar as aprendizagens, enriquecer os alunos. Muitas dessas atividades são continuadas e outras são pontuais, como não poderia deixar de acontecer. É feita a divulgação considerada necessária, incluindo as que são abertas a toda a comunidade. Há atividades que decorrem fora dos espaços das escolas e que contam com grande participação dos pais/encarregados de educação, sobretudo ao nível do 1º ciclo. A transversalidade ocorre pontualmente, é um facto, sobretudo na realização de visitas de estudo. As atividades referidas no relatório estão longe de espelhar as iniciativas do Agrupamento.

Os docentes do 2º ciclo, em particular, não concordam com a afirmação de que “é reduzida a utilização de metodologias ativas e de projeto”, não sabendo quais as informações recolhidas que a possibilitaram.

O Agrupamento considera que dispõe de recursos tecnológicos obsoletos.

Há quatro bibliotecas e uma bibliotecária, apenas. As dinâmicas são as possíveis, em função dessa constatação, sobretudo no respeitante a duas bibliotecas em escolas do 1º ciclo, distantes da escola sede e sem possibilidade de ter equipas que possam cumprir os seus desígnios. Contudo, importa realçar que as avaliações do trabalho da bibliotecária, dos planos de melhoria e do dinamismo das bibliotecas do Agrupamento, por parte da Equipa da Rede de Bibliotecas Escolares, não podiam estar mais desalinhas com a apreciação constante no relatório. De facto, no domínio B. Leitura e Literacia, a execução foi de 100% não tendo ficado nenhuma ação por implementar. A questão a colocar seria qual a ponderação utilizada para a classificação “algumas”. Quantas atividades no âmbito da leitura e literacia poderiam ser consideradas “muitas” e qual a percentagem apropriada para ultrapassarmos o “obscurantismo” de “dinâmicas limitadas”. Por outro lado, e relativamente à última frase podemos verificar que, no domínio “A.1 Apoio ao currículo e formação para as literacias da informação e dos média.”, também foram concretizadas todas as ações a implementar.

As práticas de aferição não são esporádicas, desde o 1º ciclo ao ensino secundário, em menor número neste último nível de ensino, também pelo facto de muitas disciplinas ou mesmo áreas disciplinares serem lecionadas apenas por um docente. As provas do 1º ciclo têm uma matriz e critérios comuns para todos os anos de escolaridade de todas as três escolas do Agrupamento. A mesma prática é seguida nos 2º e 3º ciclos e no ensino secundário. Os exames nacionais também permitem aferir os resultados da avaliação interna sumativa final. O Agrupamento decidiu realizar provas de aferição nacionais no ano transato, tendo apenas aderido à iniciativa cerca de metade das escolas do país, sendo isso revelador do interesse que atribui à aferição dos seus resultados.

Em suma, o relatório mostra que em relação à prestação de serviço educativo o Agrupamento cumpre com o que lhe é exigido nos diferentes domínios em avaliação. Há, no entanto, sempre um “porém”, “todavia” ou “contudo”, que leva a mais e mais considerações. Essa margem para progressão, poderá estar sempre presente em qualquer avaliação, mesmo nos casos em que as classificações possam ser elevadas. Por muito que nos possamos empenhar, aperfeiçoar, melhorar, crescer, há sempre muito por fazer, entendendo-se todo o nosso trabalho como um processo nunca terminado. No entanto, reafirma-se, o trabalho que se faz, em termos de prestação de serviço educativo, não é merecedor de “suficiente”, no nosso entender. O contraditório a esta componente procura evidenciar pontos em que há desacordo com as apreciações avançadas e, com isso, mostrar que o Agrupamento de Escolas de Odemira presta um serviço educativo de qualidade, em linha com os resultados obtidos e esperados. Os aspetos aqui não referidos merecem a nossa concordância.

LIDERANÇA E GESTÃO

Liderança

Os primeiros planos estratégicos apresentados ao Agrupamento são da autoria do atual diretor. Assim, o plano estratégico do diretor “não foi atualizado”, como é referido. O diretor tomou posse em 4 de agosto de 2015, sem equipa, em tempo de férias dos docentes, convidou uma colega para fazer parte da direção no dia seguinte. Os dois validaram os horários a concurso, deixaram ou retiraram docentes da mobilidade, introduziram as necessárias alterações na plataforma SINAGET para a validação das turmas, distribuíram o serviço docente dos 1º, 2º e 3º ciclos por forma a poderem fazer o levantamento das necessidades de docentes para 2015-2016, justificaram essa requisição e garantiram o pagamento dos vencimentos, tendo constituído o Conselho Administrativo. Enquanto realizavam estas tarefas, decorria uma atividade inspetiva no Agrupamento, de âmbito administrativo e financeiro, tendo de responder às solicitações inerentes e de tomar conhecimento dos pareceres e conclusões produzidas. Os únicos documentos deixados pela CAP foram o que estavam arquivados em dossiês, a maior parte por assinar e conferir ato administrativo. Foi lida a legislação, nomeadamente sobre a organização do ano letivo que iria começar em setembro, calcular e utilizar o crédito horário do Agrupamento e definir prioridades, as que estão contempladas no plano estratégico para 2015-2016, documento elaborado no mesmo mês e apresentado em conselho pedagógico, em primeira mão. Esse documento foi melhorado, mas fez-se questão de enviar a primeira versão, a que tinha sido divulgada. Teve como desígnio “normalizar e organizar o Agrupamento”, tarefa que está longe de se reduzir à atividade pedagógica. Foi considerado como mero diagnóstico, o que já é positivo, atendendo aos condicionalismos vários. Saliente-se que esse documento não é obrigatório e que muitos diretores nem esse diagnóstico elaboram, como foi referido pelos próprios na sessão de preparação à atividade inspetiva no âmbito da avaliação externa, em Lisboa. A direção, para que conste, ficou apenas completa no final do mês de agosto. Não é apenas “empenhada no encorajamento à implementação de projetos”, mas também no cumprimento das suas tarefas, atenta e disponível, responsável e íntegra.

As lideranças intermédias sabem que fazem parte do Agrupamento e estão empenhadas na sua construção. Não se lhes pode imputar, como já foi dito, a “existência de dois coordenadores por departamento curricular”, não se podendo afirmar, como tal, que têm dificuldade na adaptação à mudança devido a essa particularidade.

A supervisão estava prevista para 2016-2017 e vai ser cumprida, não ainda generalizada.

Em relação a outras áreas contempladas, saliento a reduzida formação oferecida nos últimos anos, quer pelo Centro de Formação quer pelo Agrupamento. Em relação ao Centro de Formação, a responsabilidade pelas suas dinâmicas ultrapassa a nossa vontade. O Agrupamento, nos dois anos desta direção, com muita dificuldade, tem conseguido inverter esta situação, tendo tido oferta própria, acreditada, em 2015-2016 e já no corrente ano. Os membros da direção e o pessoal técnico têm feito formação. É reconhecida a necessidade de haver boa formação para os assistentes operacionais. No entanto, esta custa dinheiro e o Agrupamento tem um orçamento igual ao que tinha cada uma das escolas antes da agregação. Não deixamos de salientar, ainda, a quase ausência de referências aos assistentes operacionais (e pessoal técnico) em todo o relatório. O seu empenho no trabalho é fundamental para o bom funcionamento do Agrupamento.

A avaliação interna começa a dar os primeiros passos. O trabalho realizado no âmbito da formação CAF foi muito importante para o levantamento dos problemas. Esse trabalho apenas merece elogios.

PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

O plano de melhoria contemplará os cinco domínios assinalados, se bem que nalguns casos se tenha referido, ao longo deste contraditório, que algumas das recomendações sejam já prática corrente, pelo menos parcialmente, como "o desenvolvimento de ações de sensibilização e de capacitação para os docentes e não docentes (...).

A supervisão/observação da prática letiva foi pensada nos termos enunciados no tópico.

Toda a avaliação tem um carácter formativo e a avaliação sumativa, segundo a lei, apenas ocorre nos finais de período. No entanto, porque se entende o contrário, importa promover a discussão interna sobre as modalidades de avaliação e acentuar a importância da vertente formativa e reguladora da avaliação.

A listagem e a identificação das áreas de melhoria consolidam a sensação de injustiça desta avaliação. Todo o ato de avaliar é intrinsecamente subjetivo e os critérios de avaliação não foram convenientemente esclarecidos, pelo menos de forma a pôr fim às nossas dúvidas e interrogações.

Agrupamento de Escolas de Odemira, 22 de fevereiro de 2017

O Diretor


Armando Alves Martins